



## DESCENDENTES E APOLOGISTAS DO MARQUÊS DE POMBAL. POLÉMICAS NOVECENTISTAS

PAULO DRUMMOND BRAGA<sup>1</sup>

Universidade Nova de Lisboa

### RESUMO

Nos anos 30 e 40 do século XX, dois descendentes do marquês de Pombal, João de Saldanha Oliveira e Sousa (1878-1970) e João de Carvalho Daun e Lorena (1879-1944), publicaram diversos livros e folhetos sobre o seu famoso antepassado, procurando defendê-lo da visão transmitida por alguns historiadores de pendor revisionista. Foram textos, acima de tudo, reativos, que por sua vez não deixaram de suscitar polémicas, no caso de Oliveira e Sousa com a revista *Brotéria*, da Companhia de Jesus, e no de Daun e Lorena com Alfredo Pimenta. O tempo era propício a tais controvérsias, que frequentemente motivaram alguns dos nomes mais relevantes da cena intelectual portuguesa. As que envolveram os dois descendentes do marquês de Pombal caíram, como tantas outras, no esquecimento.

**PALAVRAS-CHAVE: MARQUÊS DE POMBAL.; BIOGRAFIAS; POLÉMICA.**

### ABSTRACT

In the 1930s and 1940s, two descendants of the Marquis of Pombal, João de Saldanha Oliveira e Sousa (1878-1970) and João de Carvalho Daun e Lorena (1879-1944), published a book and several articles about his famous ancestor, trying to defend him from the vision transmitted by some historians of revisionist inclination. Above all, they were reactive texts, which in turn did not evoke controversy, Oliveira e Sousa with the jesuitic magazine *Brotéria*, and Daun e Lorena with Alfredo Pimenta. The time was ripe for such controversies. Those that involved the two descendants of the Marquis of Pombal fell, like so many others, into oblivion.

**KEY WORDS: MARQUIS OF POMBAL; BIOGRAPHIES; CONTROVERSY.**

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Nova de Lisboa. Investigador do Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes (Lisboa, Portugal). e-mail: [pdrumondb@gmail.com](mailto:pdrumondb@gmail.com). Este artigo insere-se nas atividades do projeto *Pombalia. Para a construção de um corpus pombalino: Parte I - Os Escritos Historiográficos Pombalinos*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (referência: PTDC/HAR-HIS/32197/2017)

## UMA FIGURA POLÉMICA

Desde cedo que muitos se motivaram a escrever sobre Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), 1.º conde de Oeiras e 1.º marquês de Pombal, que foi, durante o reinado de D. José I, sucessivamente, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiro e Guerra (1750-1756) e dos Negócios do Reino (1756-1777). Com razão ou sem ela, é geralmente considerado a figura marcante desse pouco mais de um quarto de século, para além de um dos nomes cimeiros da história de Portugal.<sup>2</sup>

Depressa surgiram os apologistas e os adversários de Carvalho e Melo, achando-se o barão de Cormatin (1753-1812) e John Smith (1813-1886) entre os primeiros e, entre os segundos, o jesuíta Francesco Gustà (1744-1816). Todos estrangeiros, o que desde já revela o interesse suscitado pela figura além-fronteiras. Entretanto, em Portugal, a investigação e a divulgação histórica sobre o valido de D. José I foi avançando no século XIX, sendo de relevar as contribuições de autores como Simão José da Luz Soriano (1802-1891), José Maria Latino Coelho (1825-1891) e Francisco Luís Gomes (1829-1869), sem esquecer um nome oriundo dos meios literários, Camilo Castelo Branco (1825-1890).<sup>3</sup>

Se é evidente que uma parte destes textos chegava a um público interessado em conhecer grandes vultos do passado pátrio, também não é menos verdade que a figura de Carvalho e Melo suscitava o interesse geral em virtude de acontecimentos como a trasladação, em 1856, dos seus supostos restos mortais da igreja de Santo António, em Pombal, para a das Mercês, em Lisboa, e, sobretudo, o primeiro centenário da sua morte, celebrado com grande pompa em 1882.<sup>4</sup>

Nos anos 10, 20 e 30 do século XX, animou-se de novo na opinião pública a polémica entre filo pombalistas e anti pombalistas. Tal foi propiciado por acontecimentos políticos extremamente

<sup>2</sup> Procurei problematizar um pouco algumas destas questões em artigo recente. Cfr. BRAGA, Paulo Drumond. “Para além da alta política: tarefas menos relevantes do marquês de Pombal” In *Brotéria*. Lisboa, 2021, vol. 192, n.º 4, pp. 478-485, 2021.

<sup>3</sup> Fica-se com uma ideia do que se produziu sobre esta figura histórica consultando *Marquês de Pombal. Catálogo Bibliográfico e Iconográfico*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982. Acha-se no prelo um artigo da minha autoria sobre “Pombal e os seus biógrafos”.

<sup>4</sup> Para tudo isto, cfr. MARQUES, A. H. de Oliveira e DIAS, João José Alves. “Pombal na tradição maçónica portuguesa” In *Pombal Revisitado*. vol. I. Lisboa, Estampa, 1984, pp. 65-68; TORRALBA, Luís Reis. “Pombal perante as ideologias tradicionalistas, católicas e salazaristas” In *História e Ideologia*. Coimbra, Minerva, 1989, pp. 69-93; CATROGA, Fernando. “Ritualizações da história” In *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*. vol. II (*Da Historiografia à Memória Histórica*). Lisboa, Temas e Debates, 1998, pp. 304-309; MATOS, Sérgio Campos. *Historiografia e memória nacional (1846-1898)*. Lisboa, Colibri, 1998, pp. 444-449; FRANCO, José Eduardo e RITA, Anabela. *O Mito do Marquês de Pombal. A Mitificação do Primeiro-Ministro de D. José pela Maçonaria*. Lisboa, Prefácio, 2003, pp. 43-61; FRANCO, José Eduardo. *O Mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI a XX)*. volume II (*Do Marquês de Pombal ao Século XX*). Lisboa, Gradiva, 2007, pp. 119-122; ABREU, José Guilherme. “Monumento ao marquês de Pombal”. In ROLLO, Maria Fernanda (Direção). *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. vol. II. Lisboa, Assembleia da República, 2014, pp. 1016-1020.

relevantes, como a proclamação da República (1910), e por outros que à memória de Carvalho e Melo disseram respeito, como uma nova trasladação dos seus supostos restos mortais, desta feita para a igreja da Memória, em Lisboa (1923). Relevante ainda foi tudo o que se prendeu com o monumento que hoje se ergue na praça lisboeta que ostenta o seu nome, a saber, o lançamento da primeira pedra (1926) e a respetiva inauguração (1934).<sup>5</sup>

Continuaram, entretanto, a produzir-se textos historiográficos a favor e contra o marquês de Pombal. Entre os primeiros, pode referir-se António Ferrão (1884-1861), funcionário do ministério da Instrução Pública e, posteriormente, professor da Faculdade de Letras de Lisboa, que chegou, a seu pedido, a ser encarregue de escrever uma obra em seis volumes sobre Carvalho e Melo, o que não concretizou, tendo-se limitado a publicar alguns artigos. Nos anti pombalistas, deve ser dado relevo a António Sardinha (1887-1925), um dos fundadores do Integralismo Lusitano, assim como a vários outros pensadores monárquicos, a que mais adiante se fará devida referência. Nunca se esqueça, entretanto, que alguma historiografia procurava fugir aos debates pró e contra o valido de D. José I. O melhor exemplo é João Lúcio de Azevedo (1865-1933), com o seu livro *O Marquês de Pombal e a sua Época*, publicado em 1909 e reeditado poucos anos volvidos (1922).<sup>6</sup>

A duradoura polémica tinha várias razões de ser: *maçons*, liberais de várias tendências e republicanos apresentavam Carvalho e Melo como alguém que teria tido a coragem de expulsar a Companhia de Jesus, de conduzir ao patíbulo elemento da mais alta aristocracia e de restringir o poder da Igreja. Daí o coro imenso de elogios. Do outro lado da barricada, tradicionalistas, monárquicos e católicos salientavam igualmente, mas no caso para as deplorar, as medidas anteriormente enunciadas e evidenciavam a violência dos métodos utilizados. Quer uns quer outros desenvolveram a ideia de que o marquês de Pombal tinha sido um verdadeiro precursor do Liberalismo implantado em Oitocentos. A descontextualização da política do valido de D. José I era total, não eram raros os erros factuais e de interpretação e, como tantas vezes aconteceu com outras figuras e eventos, confundiu-se a árvore com a floresta. Os debates pareciam ganhar atualidade sempre que a opinião pública debatia questões que propiciavam a invocação de medidas pombalinas, como foi o caso do regresso das Ordens Religiosas a Portugal, na segunda metade do século XIX.

Acrescente-se, entretanto, que o Estado Novo, instituído em 1933, tendo começado por acolher com simpatia a obra de historiadores críticos do marquês de Pombal, como adiante se verá com o devido pormenor, acabou, sobretudo a partir de finais da década de 40, por se apropriar, a seu

---

<sup>5</sup> Veja-se os estudos citados na nota anterior.

<sup>6</sup> Conheceu novas edições em 1990, 2008 e 2009.

favor, da figura do estadista setecentista, juntando-o ao seu panteão de heróis nacionais. Como escreveu Luís Reis Torgal, a “obra de reconstrução de Lisboa poderia ser utilizada como parâmetro para as obras públicas” do salazarismo. “O autoritarismo pombalino, por outro lado, poderia servir de fundamento à doutrina de poder de Salazar”.<sup>7</sup>

Na vasta bibliografia produzida pelos que procuraram defender o valido de D. José I, podem ser referidas as publicações de dois dos seus descendentes, as quais vieram a suscitar alguma polémica. É este o tema do presente artigo.

### **OLIVEIRA E SOUSA VERSUS A REVISTA BROTERIA**

João Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa (1878-1970), 2.º marquês e 5.º conde de Rio Maior, era trineto da filha mais nova do valido de D. José I, Maria Amália de Carvalho e Daun (1756-1812), que desposou o 1.º conde de Rio Maior, José Vicente de Saldanha Oliveira e Sousa (1746-1804). Moço fidalgo da Casa Real até 1910, diplomou-se em engenharia civil. Deixou obra poética, colaborou em jornais e revistas com artigos sob assuntos de história, religião, agricultura e tauromaquia e assinou diversos livros, artigos e comunicações a congressos. Uns versaram aspetos diversos da história de Portugal, como por exemplo a figura de D. João de Castro, outras a da sua própria a família, os Saldanhas, sem esquecer aspetos tão diversificados como os pelourinhos do distrito de Leiria ou a igreja paroquial lisboeta de S. José.<sup>8</sup> Já um outro texto da sua autoria, datado de 1937, constituiu um rasgado elogio ao corporativismo do Estado Novo. A dado momento, pode ali ler-se: “Assim como no Portugal de antanho havia as Casas dos Vinte e Quatro, com feição de órgãos consultivos, formados por procuradores das artes e ofícios, também tem o Estado Novo a sua Câmara Corporativa”.<sup>9</sup>

A respeito do seu mais famoso antepassado, Oliveira e Sousa publicou, em 1934, *O Marquês de Pombal. Sua vida e morte cristãs*. É de colocar a hipótese que o livro surgiu como reação a um outro, *D. Maria I*, de Caetano Beirão (1892-1968), publicado em finais do ano anterior.<sup>10</sup> Conheceu esta obra enorme êxito, tendo sido reeditada em 1934 e obtendo, nesse mesmo ano, o Prémio

---

<sup>7</sup> TORGAL, Luís Reis. Pombal perante as ideologias tradicionalistas, católicas e salazaristas, p. 88.

<sup>8</sup> Uma primeira aproximação biográfica encontra-se em RODRIGUES, Martinho Vicente. *Saldanhas. Condes e Marqueses de Rio Maior*. ([Santarém], Centro de Estudos Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, 2014, pp. 425-438.

<sup>9</sup> SOUSA, João de Saldanha Oliveira e. *O Corporativismo Português*. Lisboa, [s.n.], 1937.

<sup>10</sup> É o que defende RODRIGUES, Alfredo Duarte. *O Marquês de Pombal e os seus Biógrafos. Razão de ser de uma Revisão à sua História*. Lisboa, [s.n.], 1947, p. 325.

Alexandre Herculano, atribuído pelo Secretariado de Propaganda Nacional. Conheceu mais duas edições, com alguns aditamentos e correções, em 1944. O autor, poeta, jornalista e político, além de historiador, tinha militado no Integralismo Lusitano e, nos anos 20, na Ação Realista Portuguesa. Apesar de algumas reservas iniciais, aderiu ao Estado Novo e chegou a ser deputado à Assembleia Nacional (1949-1957). Foi ainda funcionário do *Diário de Notícias*, subdelegado do ministério público na 1.<sup>a</sup> vara de Lisboa e chefe de expediente da Empresa Nacional de Publicidade. No particular da investigação histórica, publicou, além da biografia de D. Maria I, parte das cartas da rainha D. Mariana Vitória, mulher de D. José I, tendo-lhe ainda interessado temas como o casamento de D. Catarina com Carlos II de Inglaterra e a sucessão de D. João VI.<sup>11</sup>

Este autor integrava uma corrente historiográfica que ganhava então terreno em Portugal. Composta sobretudo por autores monárquicos, influenciados pelo pensamento integralista, achava-se bastante empenhada em corrigir reais ou supostos erros das historiografias liberal e republicana. Além de Caetano Beirão, são de relevar os nomes de Alfredo Pimenta (1882-1950), João Ameal (1902-1982) e Rodrigues Cavalheiro (1902-1984).<sup>12</sup> Esclareça-se que todos estes autores acabaram por aderir ao Estado Novo, que os soube recompensar, premiando alguns dos livros que publicaram e confiando-lhes lugares de algum relevo. Para além do caso de Beirão, recorde-se que Pimenta dirigiu dois arquivos históricos, um deles o principal do País, e Ameal foi deputado à Assembleia Nacional, procurador à Câmara Corporativa e, mais tarde, docente de uma escola de ensino superior ligada à formação de futuros funcionários ultramarinos. Rodrigues Cavalheiro ocupou idênticos lugares nas câmaras parlamentares do Estado Novo e também pertenceu aos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, atingindo cargos de chefia. Os quatro historiadores também se acharam ligados a jornais do regime, como o *Diário de Notícias* e o *Diário da Manhã*.

Voltando ao livro de 1934 de Oliveira e Sousa, este procurou provar essencialmente três realidades: que o valido do rei D. José sempre foi um bom católico, que não se lhe pode imputar responsabilidades na repressão da suposta tentativa de regicídio ocorrida em 1758 e ainda que os seus

---

<sup>11</sup> Sobre esta figura, cfr. as sínteses de ALEXANDRE, Paulo Morais. “Beirão, Caetano Maria de Abreu” In BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (Direção). *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*. vol. 7. Porto, Figueirinhas, 1999, pp. 177-178; LOPES, Marina Dória. “Beirão, Caetano Maria de Abreu” In CRUZ, Manuel Braga da e PINTO, António Costa (Direção). *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974*. vol. I. Lisboa, Universidade de Lisboa / Instituto de Ciências Sociais, Assembleia da República, 2004, pp. 251-252; CASTRO, Zília Osório de. “Beirão, Caetano Maria de Abreu” In MATOS, Sérgio Campos (Direção). *Dicionário de Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*. [http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores\\_beirao.htm](http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_beirao.htm)].

<sup>12</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira. “Esboço histórico da historiografia portuguesa” In *Ensaios de Historiografia Portuguesa*. Lisboa, Palas Editores, 1988, pp. 44-45; TORRAL, Luís Reis. “A história em tempo de ‘ditadura’ ” In *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*. vol. I (*A História através da História*). Lisboa, Temas e Debates, 1998, pp. 275-283.

descendentes sempre lhe honraram a memória. Mostrou conhecer a principal bibliografia sobre Pombal e serviu-se também de manuscritos, como algumas das apologias, que se conservam na Biblioteca Nacional. Mas a principal virtude do seu livro foi ter recorrido abundantemente ao rico conjunto documental da Casa de Rio Maior, que à data se achava na sua posse, encontrando-se hoje na Torre do Tombo. Esse núcleo já havia sido parcialmente divulgado anos antes por dois outros autores, mas Oliveira e Sousa foi mais longe, transcrevendo numerosos documentos para tentar provar as suas ideias.<sup>13</sup>

Em 1935, saiu, na revista *Brotéria*, da Companhia de Jesus, um artigo de crítica ao livro de Oliveira e Sousa. Assina-o R. da Silva, que é claramente um pseudónimo. Provavelmente tratava-se de Domingos Maurício (1896-1978), um dos mais relevantes colaboradores da publicação, que por vezes assinava os seus textos com outros nomes e até com siglas.<sup>14</sup> Esta hipótese reforça-se se pensarmos que, nos anos 60 e 70, o mesmo publicou, nas páginas da revista e alhures, diversos artigos sobre temáticas pombalinas.<sup>15</sup> Em “O marquês de Pombal irreligioso ou católico?”, apontaram-se algumas fragilidades da argumentação de Oliveira e Sousa, recordaram-se factos não invocados pelo mesmo e citaram-se fontes não utilizadas no livro objeto de crítica.<sup>16</sup>

Em 1936, o aristocrata saiu à liça com *Inéditos pombalinos. I. O marquês de Pombal e os Sousas do Calhariz*. Começou por esclarecer que decidiu publicar uma coleção de folhetos em virtude de estar prevista a realização, nesse mesmo ano, de uma Exposição Regional, Industrial, Agrícola e Pecuária, nos jardins do palácio dos marqueses de Pombal em Oeiras, e que contemplaria uma seção pombalina. Anote-se que a iniciativa, que de facto foi levada a efeito, partiu de seu filho, o presidente da Comissão Administrativa da municipalidade oeirense, João António de Saldanha Oliveira e Sousa (1901-1972), que usava então o título de 6.º conde de Rio Maior e lhe veio a suceder no marquesado, tendo estado à frente da referida edilidade de 1933 a 1957.<sup>17</sup>

<sup>13</sup> SOUSA, João de Saldanha Oliveira e. *O Marquês de Pombal. Sua Vida e Morte Cristãs (Documentos Inéditos)*. Lisboa, [s.n.], 1934.

<sup>14</sup> FRANCO, José Eduardo. *Brotar educação. História da Brotéria e da evolução do seu pensamento pedagógico (1902-1996)*. Lisboa, Roma Editora, 1999, p. 374. Sobre esta figura veja-se ainda VENTURA, Margarida Garcez. “Maurício [Gomes dos Santos], P.e Domingos” In MATOS, Sérgio Carneiro (Direção). *Dicionário de Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*. [http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores\\_beirao.htm](http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_beirao.htm).

<sup>15</sup> *Marquês de Pombal. Catálogo Bibliográfico e Iconográfico*, p. 273.

<sup>16</sup> SILVA, R. da. “O marquês de Pombal irreligioso ou católico?” In *Brotéria*. Lisboa, 1935, vol. 20, pp. 5-11.

<sup>17</sup> [BRAGA, Paulo Drumond]. “João António Saldanha de Oliveira e Sousa” In *Oeiras com Personalidade. 250 Figuras do Concelho de Oeiras*. Lisboa, Theya Editores, 2019, p. 299.

Neste primeiro opúsculo de inéditos pombalinos, Oliveira e Sousa procurou provar que Carvalho e Melo esteve isento de culpa na perseguição que no reinado de D. José I se moveu à família que dá o nome ao opúsculo. E escreveu mesmo: “o 1.º marquês de Pombal favoreceu, quanto pôde, os infelicitados Sousas do Calhariz, dos quais foi *protetor* e não *verdugo*, ao contrário do que vulgarmente se pensa”.<sup>18</sup>

Em 1938, foi a vez de publicar *O Marquês de Pombal acusado e defendido. I. O marquês de Pombal viveu e morreu católico*. Tratou-se de uma resposta às anteriormente referidas críticas ao livro de 1934 que lhe foram formuladas nas páginas da *Brotéria*. O autor recorreu a nova panóplia de fontes, desde documentos pontifícios às apologias do próprio Carvalho e Melo e voltou a publicar peças do arquivo da Casa Rio Maior que já havia revelado em *O Marquês de Pombal sua vida e morte cristãs*.<sup>19</sup>

Ainda em 1938, saiu dos prelos um artigo de Oliveira e Sousa, desta feita sobre a execução da marquesa “velha” de Távora, D. Leonor. Negou o autor que a esta, antes de ser decapitada no patíbulo de Belém, em janeiro de 1759, tenham sido mostrados os instrumentos que iriam atormentar até à morte o marido, os filhos, o genro e demais executados. Essa ideia foi transmitida pela *Vida de Sebastião Joze de Carvalho e Mello* [...], obra que se acha inédita na Biblioteca Nacional de Portugal, tendo João Lúcio de Azevedo publicado da mesma alguns excertos em 1919. Oliveira e Sousa considerou o episódio altamente improvável, recorrendo a outras fontes, uma das quais da autoria de um claro inimigo de D. José I e do marquês de Pombal.<sup>20</sup>

Em 1939, na *Brotéria*, o marquês de Rio Maior voltou a ser alvo de R. da Silva / Domingos Maurício. Desta feita, foi na secção destinada na revista a recensões críticas, convocando-se o folheto *O Marquês de Pombal acusado e defendido. I. O marquês de Pombal viveu e morreu católico*. Este foi classificado como “mais um monumentozinho a recordar-nos a santidade pombalina!”, anotando-se que “a muita piedade do neto o obrigou a calar algumas façanhas do venerando avô”. Esgrimiram-

---

<sup>18</sup> SOUSA, João de Saldanha Oliveira e. *Inéditos Pombalinos. I. O Marquês de Pombal e os Sousas do Calhariz*. Lisboa, [s.n.], 1936, p. 6. Os itálicos são do autor.

<sup>19</sup> SOUSA, João de Saldanha Oliveira e. *O Marquês de Pombal acusado e defendido. I. O Marquês de Pombal viveu e morreu católico. Alguns documentos inéditos*. Lisboa, [s.n.], 1938.

<sup>20</sup> SOUSA, João de Saldanha Oliveira e. “Inéditos pombalinos. II. A execução da marquesa de Távora” In *Boletim Cultural e Estatístico*. Lisboa, 1938, vol. I, n.º 4, pp. 493-500.

se de novo argumentos contra os aduzidos por Oliveira e Sousa e pouco mais, até porque o próprio também quase nada avançara no texto de 1938 em relação ao de 1934.<sup>21</sup>

Em 1940, nova contribuição do aristocrata: *O Marquês de Pombal acusado e defendido. II. Desabar de lendas o ocaso de calúnias (alguns documentos inéditos)*. A abrir, depara-se o leitor com uma “carta aberta” ao diretor da *Brotéria*, precisamente Domingos Maurício, datada de 22 de janeiro de 1940, onde o autor se procurou defender da crítica a que anteriormente se fez referência. Segue-se o texto propriamente dito do folheto, com uma intenção clara: tentar provar que Carvalho e Melo sempre viveu em habitações modestas e nunca se serviu da sua posição de poder para obter quaisquer benefícios na aquisição de novos imóveis. Oliveira e Sousa publicou, uma vez mais, documentos do arquivo particular da sua família, da coleção pombalina da Biblioteca Nacional e também escrituras conservadas em fundos de cartórios da Torre do Tombo.<sup>22</sup>

*O marquês de Pombal e a repressão da escravatura. A obra e o homem* foi uma comunicação apresentada pelo marquês de Rio Maior, em 1940, ao Congresso do Mundo Português, tendo saído nas respetivas atas.<sup>23</sup> O autor entendeu publicá-la igualmente à parte, em 1943.<sup>24</sup> Neste texto, evidenciou o descendente do valido de D. José I a legislação a respeito da escravatura e dos índios do Brasil, antecedendo a sua exposição com páginas, algo extemporâneas, a respeito da chegada ao poder do famoso estadista.

A última vez que Oliveira e Sousa escreveu sobre o seu antepassado foi em 1953. Com base sobretudo no resumo que John Smith fez, em Oitocentos, da publicação setecentista *Memorias das Principais Providencias que se deram no Terramoto que padeceu a corte de Lisboa no ano de 1755* [...], tentou o marquês de Rio Maior provar que a ação de Pombal foi fundamental para fazer face aos efeitos do megassismo.<sup>25</sup>

Em suma, Oliveira e Sousa produziu a respeito de Carvalho e Melo um livro e seis folhetos, artigos e comunicações. Em todos procurou mostrar que aquele tinha sido um católico modelar, além

<sup>21</sup> SILVA, R. da. Recensão crítica de *O Marquês de Pombal acusado e defendido. I. O Marquês de Pombal viveu e morreu católico. Alguns documentos inéditos*. In *Brotéria*, Lisboa, 1939, vol. 28, pp. 125-127.

<sup>22</sup> SOUSA, João de Saldanha Oliveira e. *O Marquês de Pombal acusado e defendido. II. Desabar de lendas e ocaso de calúnias. Alguns documentos inéditos*, Lisboa, [s.n.], 1940.

<sup>23</sup> SOUSA, João de Saldanha Oliveira e. “O Marquês de Pombal e a repressão da escravatura. A obra e o homem” In: *Congresso do Mundo Português*, vol. 6, Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940, pp. 93-120.

<sup>24</sup> SOUSA, João de Saldanha Oliveira e. *O Marquês de Pombal e a repressão da escravatura. A obra e o homem*. Lisboa, [s.n.], 1943.

<sup>25</sup> SOUSA, João de Saldanha Oliveira e. “No centenário do terramoto grande” In *Estremadura*, Lisboa, 1953, n<sup>os</sup>. 32, 33, 34, pp. 33-60.

de um homem bastante modesto, nomeadamente quanto aos locais de residência. Por outro lado, não teria tido quaisquer responsabilidades em acontecimentos como a tragédia dos Távoras (1759). Tentou também relevar algum suposto humanitarismo do estadista, mormente no combate à escravatura e na libertação dos índios do Brasil.

## DAUN E LORENA VERSUS ALFREDO PIMENTA

Centremos agora a nossa atenção num primo do anterior, João de Carvalho Daun e Lorena (1879-1944), que era bisneto do 3.º marquês de Pombal, José Francisco Xavier Maria de Carvalho Melo e Daun (1753-1821), o segundo varão de Sebastião José de Carvalho e Melo. As informações sobre a sua biografia são escassas. Os poucos textos que publicou esclarecem-nos que lutou pela restauração da Monarquia em Portugal, não se sabe se em 1912-1913, nas chamadas incursões monárquicas, se em 1919, em Lisboa ou no Norte do País.<sup>26</sup> Uma outra fonte elucida que, a partir de 1926, lecionou Português e Francês no Liceu Central Infante D. Henrique, no Mindelo (ilha de S. Vicente, arquipélago de Cabo Verde).<sup>27</sup> Aqui foi encarregue por reitores de proferir orações de sapiência na abertura de anos letivos pelo menos em 1932 e em 1935.<sup>28</sup>

A segunda dessas orações versava o marquês de Pombal. Daun e Lorena começou por inserir no opúsculo a carta de um primo, precisamente o nosso já conhecido marquês de Rio Maior, que o felicitou pela iniciativa, onde, no seu entender, se destruíam “falsas acusações contra o grande ministro do rei D. José”.<sup>29</sup> Incluiu ainda um outro texto, igualmente curto, da autoria da condessa de Vila Flor. Tratava-se de Maria Josefina de Azeredo Teixeira de Aguilhar (1864-?), viúva de um descendente de Pombal, o 8.º conde de Vila Flor, Tomás Maria de Almeida Manuel de Vilhena (1864-1932),<sup>30</sup> o qual, no entender da condessa, “guardava deste seu antepassado memória muito respeitosa”. A própria colocou em relevo o papel de Carvalho e Melo, que, a seu ver, “esteve sempre à altura dos elevados cargos que exerceu”, rematando com uma alusão a “implacáveis ditadores de

<sup>26</sup> Sobre estes acontecimentos, veja-se SANTOS, Miguel Dias. *A Contra-Revolução na I República. 1910-1919*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

<sup>27</sup> CARVALHO, Maria Adriana Sousa. *O passado hoje. História do Liceu em Cabo Verde de 1860 a 1975 (Praia. Ribeira Brava. Mindelo)*. Praia, Livraria Pedro Cardoso, 2019, p. 98. Sobre o referido estabelecimento de ensino, veja-se também, da mesma autora, *O Liceu em Cabo Verde. Um imperativo de cidadania*. Praia, Universidade de Cabo Verde, 2011.

<sup>28</sup> A oração de 1932 só viu a luz do dia seis anos depois. Cfr. LORENA, João de Carvalho Daun e. *O Sentimento da Disciplina*. Lisboa, [s.n.], 1938. Já a que foi proferida em 1935 conheceu os prelos logo no ano imediato. Cfr. LORENA, João de Carvalho Daun e. *O Marquês de Pombal na História e nas “Histórias”*. Palestra realizada no Liceu Infante D. Henrique, de S. Vicente, de Cabo Verde, em Outubro de 1935. Lisboa, [s.n.], 1936.

<sup>29</sup> LORENA, João de Carvalho Daun e. *O Marquês de Pombal na História*, p. 3.

<sup>30</sup> Os condes de Vila Flor descendem da já referida filha mais nova de Pombal, Maria Amália de Carvalho e Daun.

pulso de ferro, que às vezes são salvadores necessários”.<sup>31</sup> Subliminar remissão não para o século XVIII, mas para 1936, quando um Salazar já clara e decididamente triunfante em Portugal ombreava na cena europeia com Mussolini, Hitler e outros.

Daun e Lorena pretendeu, com a sua oração de sapiência, provar o seguinte: o marquês de Pombal foi um verdadeiro católico; não teve responsabilidades na tragédia dos Távoras; a reedificação de Lisboa deve-se-lhe unicamente; deu grande impulso à instrução pública; antes da sua chegada ao poder foi um notável diplomata; “não comprometeu a situação financeira de Portugal”; e deu “forte impulso” ao exército e à marinha. Num fundo, premissas já presentes em muito do que a historiografia até então havia tentado provar a respeito do valido de D. José I, incluindo o primo Oliveira e Sousa. Daun e Lorena baseou-se em fontes muito diversificadas, muitas das quais não foram indicadas e as que o foram variam entre o livro de 1934 do referido parente, um artigo de jornal e até mesmo o testemunho pessoal de um autor já falecido, mas que Daun e Lorena terá conhecido, Jaime Constantino de Freitas Moniz (1837-1917). Este – lente do Curso Superior de Letras, político, autor de uma importante reforma do ensino liceal nos finais do século XIX e iniciador da coletânea documental *Corpo Diplomático Português* – ter-lhe-ia transmitido a opinião que o único culpado pela violenta repressão da alegada tentativa de regicídio de 1758 havia sido o próprio rei D. José I. O texto conclui lembrando que, numa época em que tanto se falava de nacionalismo, Carvalho e Melo, que teria tido como único objetivo “engrandecer Portugal”, havia sido “uma das mais altas e eficientes figuras do nacionalismo português, nacionalismo que ele traduziu em poucos discursos e exemplificou em muitas obras”.<sup>32</sup>

Mas a verdade, confessada logo no início da exposição, é que Daun e Lorena foi motivado pelo desejo de atacar a visão que a respeito de Pombal surgira num livro acabado então de publicar, os *Elementos de História de Portugal*, de Alfredo Pimenta. A obra viu a luz do dia em 1934, assumindo-se como manual escolar do ensino liceal. Foi então muito elogiada mas também muito criticada.<sup>33</sup>

Alfredo Pimenta, uma interessantíssima figura do panorama cultural e político do século XX português, licenciara-se em Direito e havia sido professor de liceu (1911-1913). Em 1931 ascendeu a diretor do Arquivo Municipal de Guimarães e iniciou simultaneamente funções como conservador

<sup>31</sup> LORENA, João de Carvalho Daun e. *O Marquês de Pombal na História*, p. 7.

<sup>32</sup> LORENA, João de Carvalho Daun e. *O Marquês de Pombal na História*, p. 28.

<sup>33</sup> MATOS, Sérgio Campos. *História, Mitologia, Imaginário Nacional. A história no curso dos liceus (1895-1939)*. Lisboa, Horizonte, 1990; TORRALBA, Luís Reis. Ensino da história. In *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*. vol. II (*Da Historiografia à Memória Histórica*). Lisboa, Temas e Debates, 1998), +p. 135-136.

do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, do qual foi nomeado diretor em 1949. Politicamente, começou no anarquismo, passou ao republicanismo e, em 1915, tornou-se monárquico, tendo sido, em 1923, um dos fundadores da Ação Realista Portuguesa. Confessou-se admirador do fascismo italiano e do nazismo alemão e foi nacional-sindicalista. Acabou por aderir ao Estado Novo, mas nunca de forma acrítica. Colaborou com numerosos jornais, foi poeta e realizou importantes e exaustivos estudos históricos, publicando, entre outros, os livros *D. João III* (1936), *Subsídios Para a História de Portugal* (1937) e *Idade Média. Problemas & Soluções* (1946). Foi um temido polemista, terçando armas com figuras como A. Botelho da Costa Veiga (1881-1965), António Sérgio (1883-1969), Miguel de Oliveira (1897-1968) e tantos outros, sem esquecer uma instituição, a Academia Portuguesa da História.<sup>34</sup>

Nos *Elementos de História de Portugal*, Alfredo Pimenta, na opinião de Daun e Lorena, “parece querer apoucar e deslustrar” Sebastião José. O descendente de Pombal notou, a propósito, a existência de uma corrente historiográfica alegadamente “reformista”, cujos corifeus, por serem “facciosos”, se limitariam, afinal, a escrever “dos vultos mais notáveis, o contrário do que até agora se tem escrito”.<sup>35</sup> Uma clara alusão ao grupo de autores com claras intenções revisionistas a que anteriormente se fez pormenorizada referência.

No seu opúsculo, Daun e Lorena considerou os *Elementos de História de Portugal* um livro “cheio de erros” e com “coisas que chegam a ser engraçadas”, nomeadamente ao omitir D. Pedro IV da lista dos reis de Portugal. A páginas tantas classificou Alfredo Pimenta como “escritor e jornalista de valor”, acrescentando: “Li, em tempos idos, os seus artigos no *República*, jornal do Senhor Dr. António José de Almeida, e ainda hoje leio com prazer os artigos que publica em jornais monárquicos.

---

<sup>34</sup> Sobre esta figura, cfr., de entre outros, QUINTAS, José Manuel. “Pimenta, Alfredo Augusto Lopes” In ROSAS, Fernando, e BRITO, J. M. Brandão de (Direção). *Dicionário de História do Estado Novo*. vol. II. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 723; RAMOS, Rui. “Pimenta, Alfredo Augusto Lopes”, In BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (Direção). *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*. vol. 9. Porto, Figueirinhas, 2000, pp. 80-82; MOREIRA, Filipe Alves. “Alfredo Pimenta” In *Biografias Vimaraneses*. Guimarães, Fundação Cidade Guimarães, A Oficina, 2013, pp. 336-376; FONTE, Barroso da. *Alfredo Pimenta. Da práxis libertária à doutrinação monárquica*. Guimarães, Edições Cidade Berço, 2014; LEAL, Ernesto Castro. “Pimenta, Alfredo Augusto Lopes” In ROLLO, Maria Fernanda (Direção). *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. vol. III. Lisboa, Assembleia da República, 2014, pp. 262-265; TORGAL, Luís Reis. “Reflexões sobre Alfredo Pimenta” In *Alfredo Pimenta. Catálogo*. vol. I. ([Guimarães], Câmara Municipal de Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 2015, pp. 5-20; BRANCO, João. Pimenta, “Alfredo Augusto Lopes” In MATOS, Sérgio Campos (Direção). *Dicionário de Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*. [http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores\\_pimenta.htm](http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_pimenta.htm)].

<sup>35</sup> LORENA, João de Carvalho Daun e. *O Marquês de Pombal na História*, p. 9.

Digo, porém, sinceramente, que S. Ex.<sup>a</sup>, como historiador, deixa muito a desejar”.<sup>36</sup> Farpa certa: como se viu, Alfredo Pimenta, fora sucessivamente anarquista, republicano e monárquico.

A publicação de *O Marquês de Pombal na História e nas “Histórias”*, levou à reação de Alfredo Pimenta que, nas páginas do quotidiano oficioso do Estado Novo, o *Diário da Manhã*, respondeu às críticas de Daun e Lorena. Em artigo publicado em 10 de novembro de 1936, esforçou-se por rebater a ideia da legitimidade da realeza de D. Pedro IV e, no que toca a Pombal, lembrou que, tendo-se limitado a cumprir o programa de História do ensino liceal, não tinha de contemplar nos seus *Elementos* [...] todos os aspetos abordados por Daun e Lorena. Não deixou, entretanto, de notar que o seu opositor na polémica “falou como descendente de Pombal; eu falei como historiador”. Disse ainda ter-se cingido às fontes quando narrou os acontecimentos subsequentes ao terramoto de 1755. E considerou, no tocante à suposta devoção religiosa de Carvalho e Melo, ser preferível “para a memória do marquês e para o bom nome dos seus parentes, não mexer mais no caso”. Não deixou, entretanto, de criticar acerbamente a expressão escrita do seu contendor, que classificou de “dialeto de quimbumbo”.<sup>37</sup>

Ainda nesse ano, com data de 7 de dezembro, mas com publicação somente em 1937, Daun e Lorena assinou o opúsculo *O Marquês de Pombal. Réplica ao Sr. Dr. Alfredo Pimenta*. Entendeu começar por um esclarecimento: depois da saída de *O Marquês de Pombal na História e nas “Histórias”*, os *Elementos de História de Portugal* foram adotados como manual de história para o ensino liceal. Sabe-se que Alfredo Pimenta teve, para isso, de o alterar em alguns aspetos, por sugestão da Junta Nacional de Educação, o que fez na terceira edição, datada de 1936. Assim sendo, Daun e Lorena quis acentuar “que a presente brochura não visa diretamente essa obra adotada, nem a sua adoção. Visa, única e exclusivamente (no uso de um direito de defesa que a lei me garante), o artigo em que o meu trabalho e eu próprio fomos atacados pelo sr. Dr. Alfredo Pimenta”. Entendeu ir mais longe e escrever que acatava a decisão oficial que adotou os *Elementos de História de Portugal*. E prosseguiu:

O contrário estaria em contradição com o respeito às determinações oficiais, que sempre demonstrei. Hoje essa atitude é ainda mais natural em mim, visto o nosso País ser atualmente orientado e governado por uma situação política que me merece inteira simpatia e a cujo Presidente do Conselho de Ministros presto, como português, a minha sincera homenagem, pois o considero o maior diplomata que Portugal tem

---

<sup>36</sup> LORENA, João de Carvalho Daun e. *O Marquês de Pombal na História*, p. 17.

<sup>37</sup> PIMENTA, Alfredo. “O marquês de Pombal nas historietas” In *Diário da Manhã*. Lisboa, 10 novembro de 1936, ano VI, n.º 1999, p. 3.

tido depois do reinado do grande rei D. Carlos I, sempre de saudosa memória, e o mais notáveis dos estadistas posteriores ao ministério de Pombal.<sup>38</sup>

Claro como água: polemizando com Alfredo Pimenta, que acabara de ver um livro adotado como manual escolar liceal, o funcionário público Daun e Lorena não quis de forma alguma ser confundido com um qualquer perigoso reviralhista e fez assim profissão de fé no Estado Novo e em Salazar.

Neste novo opúsculo, defendeu-se das acusações de escrever mal,<sup>39</sup> tentou provar com fontes coevas que o valido do rei D. José I teve um papel de relevo no pós-terramoto de 1755<sup>40</sup> e lamentou vir um dia a ter de ensinar História por um compêndio que “muito terá de bom, mas que se refere a Pombal de forma tal, que dir-se-ia fazer o estadista *sombra* ao respetivo autor...”.<sup>41</sup> A passagem do autor dos *Elementos de História de Portugal* das hostes anarquistas para as republicanas e destas para as monárquicas mereceu novo remoque a Daun e Lorena: “Fique sabendo o Sr. Dr. Alfredo Pimenta, que desde o berço fui católico, monárquico e conservador e que não mudo de ideias como quem muda de fato”<sup>42</sup>.

Uma vez mais em artigo do *Diário da Manhã*, desta feita a 16 de março de 1937, registou-se a reação do reputado polemista, que reforçou a ideia de que D. Pedro IV não teria tido qualquer direito ao trono de Portugal e considerou que as fontes de que Daun e Lorena se serviu para justificar o papel de Carvalho e Melo na fase que se seguiu ao megassismo, concretamente relatos de diplomatas estrangeiros acreditados em Portugal, não eram de total confiança. No particular da devoção pessoal do valido de D. José I, rematou: “Se Pombal foi bom católico, apesar da feroz perseguição sistemática que fez à Companhia de Jesus, todos nós podemos ser bons católicos perseguindo da mesma forma acintosa as ordens religiosas, porque a Companhia de Jesus ordem religiosa é. Entendeu agora?”. Não deixou, entretanto, de atacar de diversas formas Daun e Lorena: “Escreve bastante mal”, “raciocina pior”, “é um insignificante professor” e “passa a vida à sombra das bananeiras.”<sup>43</sup>

A polémica só terminou com a saída de um novo folheto de Daun e Lorena, que o mesmo datou de 8 de abril de 1937. Numa carta do marquês de Rio Maior ao primo, reproduzida no início da

---

<sup>38</sup> LORENA, João de Carvalho Daun e. *O Marquês de Pombal. Réplica ao Sr. Dr. Alfredo Pimenta*. Lisboa, [s.n.], 1937, p. 4.

<sup>39</sup> LORENA, João de Carvalho Daun e. *O Marquês de Pombal. Réplica*, pp. 13-15.

<sup>40</sup> LORENA, João de Carvalho Daun e. *O Marquês de Pombal. Réplica*, p. 20.

<sup>41</sup> LORENA, João de Carvalho Daun e. *O Marquês de Pombal. Réplica*, pp. 13-15.

<sup>42</sup> LORENA, João de Carvalho Daun e. *O Marquês de Pombal. Réplica*, pp. 20-21.

<sup>43</sup> PIMENTA, Alfredo. “Rescaldos pombalinos” In *Diário da Manhã*, Lisboa, 16 de março de 1937, ano VI, n.º 2120, p. 16.

publicação, explica-se o que aconteceu: havia sido enviada ao *Diário da Manhã* uma resposta do descendente de Pombal ao artigo de Alfredo Pimenta. Não tendo a mesma sido publicada, optou Daun e Lorena por mandar imprimir um novo opúsculo, desta feita intitulado *Pontos nos ii. A propósito de uns rescaldos pombalinos*. Aqui, o autor voltou à liça com a questão da legitimidade de D. Pedro IV e com o papel do seu antepassado no combate aos efeitos do terramoto de Lisboa. Uma vez mais se defendeu das acusações de deficiente expressão escrita e não perdeu nova oportunidade para atacar a volubilidade política de Alfredo Pimenta, sugerindo, ao mesmo tempo, de forma subliminar, alguma falta de coragem física: “Até arrisquei a pele por elas [ideias monárquicas], combatendo sob a ordens do meu antigo chefe e meu prezado Amigo, Henrique de Paiva Couceiro, não tendo tido, por sinal, o prazer de encontrar o Sr. Dr. nem nas nossas trincheiras nem nas que os nossos adversários de então guarneciam”.<sup>44</sup>

### **ALCANCE E VALOR DAS DUAS POLÉMICAS**

Muito debatido em termos da historiografia, suscitando mesmo interesses além-fronteiras, utilizado como arma de arremesso por tendências políticas diversas, não deixando praticamente ninguém indiferente, até em termos da opinião pública, pelo menos alguma minimamente mais fundamentada, Sebastião José de Carvalho e Melo foi, muitos anos depois da sua morte, objeto de interesse por parte de dois dos seus descendentes, João Saldanha Oliveira e Sousa e João de Carvalho Daun e Lorena.

Nos anos 30 do século passado, quando ganhava terreno uma corrente historiográfica revisionista, com algum eco nas esferas do poder político, e na qual Pombal saía com uma imagem oposta à que a mitologia liberal e republicana havia criado, Oliveira e Sousa e Daun e Lorena entenderam sair à liça em defesa do famoso antepassado. Fizeram-no publicando textos diversos que procuravam provar, entre outras coisas, que Sebastião José fora um verdadeiro e bom católico, com uma ação política irrepreensível, nomeadamente no combate aos efeitos do terramoto de 1755 e na luta a favor da liberdade dos índios e contra a escravatura, não se lhe podendo, por outro lado, imputar algumas das acusações que mais comumente lhe eram dirigidas, como a tragédia dos Távoras de 1759 e um enriquecimento ilícito.

---

<sup>44</sup> LORENA, João de Carvalho Daun e. *Pontos nos ii. A propósito duns rescaldos pombalinos*. Lisboa, [s.n.], 1937, pp. 14-15.

Foram textos, acima de tudo, reativos, que por sua vez não deixaram de suscitar polémicas, no caso de Oliveira e Sousa com a revista *Brotéria*, no de Daun e Lorena com Alfredo Pimenta. O tempo era propício a tais controvérsias, historiográficas e outras, que frequentemente motivaram alguns dos nomes mais relevantes da cena intelectual portuguesa<sup>45</sup>. As que envolveram os dois descendentes do marquês de Pombal caíram, como tantas outras, no esquecimento.<sup>46</sup>

Se *maçons*, liberais e republicanos de um lado, católicos, monárquicos e tradicionalistas do outro, se digladiaram durante décadas, esgrimindo argumentos a favor e contra Carvalho e Melo, essencialmente porque todos viam no político setecentista alguém que com a sua política abriu caminho à implantação futura do Liberalismo em Portugal, esse debate, embora se mantivesse vivo nos anos 30 e 40 do século XX, tendia, pelo menos no caso das duas polémicas agora tratadas, a perder alguma da fortíssima base ideológica e política que o tinha sustentado.

De facto, Oliveira e Sousa, Daun e Lorena, Alfredo Pimenta e a revista *Brotéria* estavam do mesmo lado da barricada em termos de defesa do Estado Novo, do Catolicismo e, com a exceção da publicação dos jesuítas, do ideal monárquico. Não foi por acaso que o marquês de Rio Maior defendeu o corporativismo, em opúsculo datado de 1937, ao passo que Daun e Lorena, por ter polemizado com Alfredo Pimenta, um historiador bem visto pelas autoridades portuguesas de então, não quis correr o risco de ser confundido com um reviralista e venceu com toda a clareza a sua fidelidade ao regime que nascera em 1933 e se consolidava nesses anos de chumbo.

Assim sendo, as duas polémicas estudadas pouco mais não foram do que tentames, por parte dos dois descendentes de Carvalho e Melo, de defenderem a memória do seu famoso antepassado e as respostas que as mesmas suscitaram. Por outro lado, não as podemos considerar, nem de perto nem de longe, das polémicas mais relevantes em que se envolveram quer Alfredo Pimenta quer a revista *Brotéria*. Ainda assim, entendeu-se não ser de todo despiciendo recordá-las no contexto da revisitação historiográfica de uma prática que tantos frutos deu em Oitocentos e Novecentos. Como escreveu Armando Carvalho Homem a propósito de uma outra polémica, “importa evitar o esquecimento de

---

<sup>45</sup> Veja-se, além da obra clássica ANSELMO, Artur (Direção). *As Grandes Polémicas Portuguesas*. 2 vols. Lisboa, Verbo, 1967, o exemplo tratado por MACEDO, Jorge Borges de. “Significado e evolução das polémicas de António Sérgio. A ideologia da razão (1912-1930)”, In *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 1983, vol. 5, pp. 471-531 e, sobretudo, a análise mais recente de HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *Revisitação de uma polémica. António Sérgio e Mário de Albuquerque*. Lisboa, Caleidoscópio, Universidade Autónoma de Lisboa, 2019.

<sup>46</sup> Fazem-lhes breves referências RODRIGUES, Alfredo Duarte. *O Marquês de Pombal e os seus Biógrafos*, p. 306-308 e 324-329 e TORRALBA, Luís Reis. “Pombal perante as ideologias tradicionalistas, católicas e salazaristas”, p. 83.

autores que, por datado ou limitado que seja o estudo dos saberes que enunciem, não deixam de continuar a constituir fator de enriquecimento para potenciais leitores no abrir do novo século” .<sup>47</sup>

---

<sup>47</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *Revisitação de uma polémica*, p. 69.